

TORNANDO SEM EFEITO

A publicação do Balanço Patrimonial – Hospital Estadual “Dr. Albano da Franca Rocha Sobrinho” e Centro de Atenção Integrada à Saúde Mental (CAISM) Franco da Rocha – Centro de Estudos e Pesquisas “Dr. João Amorim” - CEJAM; publicado em 18/04/2024 no D.O.E - Caderno Executivo - Seção III - página 40.

Centro de Estudos e Pesquisas “Dr. João Amorim” Hospital Estadual “Dr. Albano da Franca Rocha Sobrinho” e Centro de Atenção Integrada à Saúde Mental (CAISM) Franco da Rocha

CNPJ : 66.518.267/0024-70

Demonstrações Contábeis Exercício De 2023

Balanço Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (em Reais)				Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (em Reais)			
Ativo	Notas	2023	2022	Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	2023	2022
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	3.214.376,21	4.032.717,61	Fornecedores		5.575.286,82	5.325.136,94
Adiantamento a Fornecedores		-	702.900,00	Obrigações Trabalhistas	10	3.394.899,90	3.329.737,08
Adiantamentos a Empregados	5	492.919,66	421.671,87	Obrigações Sociais e Fiscais	11	1.881.292,99	1.486.462,57
Outros Créditos	6	210.859,41	17.486,80	Contas a Pagar	12	358.885,36	313.455,56
Estoques	7	3.451.980,90	2.174.257,85	Provisões para Férias e Encargos	13	5.766.381,35	5.158.996,71
Despesas Antecipadas		14.066,96	8.397,44			16.976.746,42	15.613.788,86
		7.384.203,14	7.357.431,57	Passivo Não Circulante			
Ativo não Circulante				Provisões para Contingências	14	19.034,03	177.920,96
Imobilizado	8	7.300.164,41	4.872.181,21	Recursos Governamentais a Realizar	15	517.634,00	2.607.170,31
Intangível	9	35.324,08	33.091,03	Bens Públicos em nosso poder	16	7.335.488,49	4.905.272,24
		7.335.488,49	4.905.272,24			7.872.156,52	7.690.363,51
Total do Ativo		14.719.691,63	12.262.703,81	Patrimônio Líquido Negativo			
				Patrimônio Social		(11.041.448,56)	(12.179.943,08)
				Superávit do Exercício		912.237,25	1.138.494,52
						(10.129.211,31)	(11.041.448,56)
				Total do Passivo e Patrimônio Líquido		14.719.691,63	12.262.703,81

Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (em Reais)				
	Patrimônio Social	Dotação Inicial	Déficit	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(9.691.654,86)	-	(2.488.288,22)	(12.179.943,08)
Incorporação do Superávit/Déficit Superávit/Déficit do Exercício	(2.488.288,22)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(12.179.943,08)	-	1.138.494,52	(11.041.448,56)
Incorporação do Superávit/Déficit	1.138.494,52	-	(1.138.494,52)	-
Incorporação de Dotação Inicial	-	-	-	-
Superávit/Déficit do Exercício	-	-	912.237,25	912.237,25
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(11.041.448,56)	-	912.237,25	(10.129.211,31)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2023 E 2022 (em Reais)

1. Contexto Operacional: O Centro de Estudos e Pesquisas “Dr. João Amorim” - CEJAM é uma entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com o Estatuto Social original devidamente registrado no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83, e Organização Social de Saúde nos Municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, Embu das Artes, Arujá, Poá, Americana, Guarulhos, Cajamar, Mauá, Salto, Santo André, Taubaté, Bertioxa, Carapicuíba, Campinas, Rio de Janeiro, Maricá e nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul. Esta instituição presta serviços na área de saúde, realizando ações através de contratos de gestão e convênios firmados junto às Prefeituras dos Municípios de São Paulo, Embu das Artes, Mogi das Cruzes, Carapicuíba, Campinas, Cajamar, Peruíbe, Rio de Janeiro e Governo do Estado de São Paulo. Na promoção em saúde, as ações são realizadas através dos programas de “Voluntariado”, “Deficiente Saudável”, “Integração com a Comunidade”, “Meio Ambiente” e “PAISM - Programa de Atenção Integral a Saúde da Mulher”, executados pelo Instituto de Responsabilidade Social Dr. Fernando Prouça de Gouvêa. O CEJAM qualificado como Organização Social de Saúde pelo Governo do Estado de São Paulo, através do Contrato de Gestão - Processo SPDOC nº 382696/2020, firmado com a **Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo** em 29 de junho de 2020, assumiu a operacionalização da gestão e execução das atividades de saúde do Hospital Estadual “Dr. Albano da Franca Rocha Sobrinho” e Centro de Atenção Integrada à Saúde Mental (CAISM) - Franco da Rocha com a missão de acolher a população da região, prestando assistência humanizada e eficiente, em conformidade com os princípios do SUS, e contribuir para o Sistema de Saúde. O prazo de vigência do presente Contrato de Gestão será de 5 (cinco) anos, iniciando-se em 01 de julho de 2020. Pela prestação dos serviços objeto deste Contrato de Gestão, a **Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo** repassará ao CEJAM o montante global estimado de R\$ 509.636.727,00. **2. Bases de Preparação Das Demonstrações Contábeis:** **2.a) Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreende as disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos e às fundações, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, que aprovou a ITG 2002 (R1), e a lei complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, regulamentada pelo Decreto Federal nº 11.791, de 21 de novembro de 2023, que dispõem sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regulam os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidades de lucros, especialmente entidades beneficentes de assistência social. **2.b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros. **2.d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. **3. Principais Práticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente ao exercício apresentado nessas demonstrações contábeis. **3.a) Instrumentos financeiros:** **Ativos financeiros não derivativos:** a entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado. **Caixa e equivalentes de caixa:** abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Os recursos vinculados representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados para fazer frente às obrigações do contrato de gestão, dos seus termos aditivos e outros ajustes que lhe darão origem. **Instrumentos financeiros derivativos:** não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2023. **3.b) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos e despesas. **3.c) Imobilizado (quando aplicável):** **Reconhecimento e mensuração:** itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de reserva de capital “bens públicos em nosso poder” e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. **Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela entidade. A administração, com base em seu registro consolidado, que compreende histórico de exercício anterior à este Contrato de Gestão, não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas definidas em 2022. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: • Beneficentários em Imóveis de Terceiros: 25 anos; • Máquinas e equipamentos: 10 anos; • Móveis e utensílios: 10 anos. **3.d) Intangível (quando aplicável):** **Reconhecimento, mensuração e amortização:** o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (softwa-

re), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a. **3.e) Redução ao valor recuperável (impairment):** • **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A administração da entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão. **3.f) Passivo circulante e não circulante (quando aplicável):** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que seu recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.g) Patrimônio líquido:** Representa o patrimônio inicial da entidade, acrescido ou reduzido dos superávits ou déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da entidade conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1. **3.h) Receitas:** As receitas da entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contrato de gestão, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada “(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado”, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de “bens públicos em nosso poder” e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. **3.i) Despesas:** As despesas da entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais. **3.j) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros. **3.k) Apuração do resultado:** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa			
	2023	2022	
Bens Numerários			
Fundo Fixo de Caixa	1.000,00	1.000,00	
Bancos - Contas Movimento			
Banco do Brasil S.A.	59,50	-	
Banco Santander S.A.	-	-	
Bancos - Aplicações Financeiras			
Banco do Brasil S.A.	3.213.316,71	4.031.717,61	
Banco Santander S.A.	-	-	
	3.214.376,21	4.032.717,61	
5. Adiantamentos a Empregados			
Adiantamento de Férias	492.919,66	421.671,87	
	492.919,66	421.671,87	
6. Outros Créditos			
Aluguéis a Receber	6.500,00	6.500,00	
Depósitos Bancários	204.359,41	10.986,80	
	210.859,41	17.486,80	
7. Estoques			
Dietas Parenterais	476,00	660,00	
Nutrição Enteral	55.589,36	91.455,24	
Mat. Laboratórios/Reagentes	190,51	-	
Medicamentos	769.643,24	572.654,85	
Materiais Médico Hospitalares	1.585.493,53	774.660,49	
OPME	68.260,73	31.641,58	
Materiais de Expediente e Escritório	60.576,34	53.271,83	
Materiais de Manutenção	383.677,94	162.888,67	
Materiais de Informática	17.333,11	9.659,74	
Materiais de Limpeza	50.017,53	112.689,06	
Materiais de EPI	55.853,20	45.873,56	
Utensílios Alimentícios	132.039,31	143.915,50	
Gêneros de Copa	88.947,68	50.087,40	
Peças e Acessórios	183.882,42	124.799,93	
	3.451.980,90	2.174.257,85	

5. Imobilizado			
	2023	2022	
Imobilizado de Gestão Pública			
Beneficentários em Imóveis de Terceiros	4% 1.797.463,44	1.674.145,62	
Máquinas e Equipamentos	10% 147.229,34	54.411,19	
Equipamento de Uso Médico	20% 5.029.457,80	2.689.848,68	
Equipamentos de Informática	20% 453.085,27	173.356,92	
Móveis e Utensílios	10% 575.004,40	403.557,73	
(-) Depreciação Acumulada	(702.075,84)	(123.138,93)	
	7.300.164,41	4.872.181,21	

Conforme preceituado no contrato de gestão firmado entre o CEJAM e o Governo do Estado de São Paulo, os bens patrimoniais adquiridos por conta do referido contrato é de uso exclusivo e de propriedade do Governo Estadual.

9. Intangível			
	2023	2022	
Intangível de Gestão Pública			
Direitos de Uso de Sistemas	20% 49.058,89	38.880,19	
(-) Amortização Acumulada	(13.734,81)	(5.789,16)	
	35.324,08	33.091,03	

10. Obrigações Trabalhistas			
	2023	2022	
Salários a Pagar	3.360.999,73	3.306.957,50	
Pensões Alimentícias a Pagar	15.868,53	14.805,58	
Rescisões a Pagar	18.031,64	7.574,10	
Acordos Trabalhistas a Pagar	-	399,90	
	3.394.899,90	3.329.737,08	

11. Obrigações Sociais e Fiscais			
	2023	2022	
INSS sobre Salários a Recolher	348.548,43	366.167,05	
INSS sobre Autônomos a Recolher	3.627,32	4.672,40	
FGTS a Recolher	588.204,07	374.930,40	
Contr. Sindicais e Assistências a Recolher	637,51	450,35	
IRRF sobre Salários a Recolher	755.375,23	530.443,76	
IRRF sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	43.463,66	45.096,29	
CSRF sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	135.523,56	140.592,49	

12. Contas a Pagar			
	2023	2022	
Contas de Consumo	145.607,26	110.634,66	
Consignações Vinculadas a Folha	213.278,10	202.820,90	
	358.885,36	313.455,56	

13. Provisões para Férias e Encargos			
	2023	2022	
Provisão para Férias	5.339.926,96	4.777.326,52	
Provisão para FGTS sobre Férias	426.454,39	381.670,19	
	5.766.381,35	5.158.996,71	

14. Provisões para Contingências			
	2023	2022	
Provisões para Contingências Trabalhistas	19.034,03	124.389,64	
Provisões para Contingências Cíveis	-	53.531,32	
	19.034,03	177.920,96	

A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes para esta filial, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso. As provisões foram constituídas com base em opinião dos consultores jurídicos da entidade quanto à possibilidade de perda dos processos, considerando inclusive, quando for o caso, os valores dos depósitos judiciais já efetuados, e não são esperadas perdas no encerramento desses processos, além dos valores já provisionados. A entidade adota mecanismos de avaliação dos valores indicados pelos seus consultores jurídicos. A entidade, com relação a esta filial, figura em outros processos avaliados com perda possível no montante de R\$ 2.161.486,36, sem provisão constituída.

15. Recursos Governamentais a Realizar			
	2023	2022	
Secretaria de Estado da Saúde de S. Paulo	517.634,00	2.607.170,31	
	517.634,00	2.607.170,31	

Sob a rubrica de “Recursos Governamentais a Realizar” se encontra o saldo remanescente de recursos recebidos da SESSP, destinados à investimento em imobilizado. **16. Bens Públicos em Nosso Poder:** A rubrica “Bens públicos em nosso poder”, no montante de R\$ 7.335.488,49 em 2023 e R\$ 4.905.272,24 em 2022, refere-se aos valores recebidos da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo para aquisição de ativo imobilizado, que serão devolvidos ao estado quando do término do contrato de gestão. O valor desse ativo está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que comitantemente representa o valor do ativo imobilizado registrado no ativo.

17. Receitas Operacionais Líquidas:			
	2023	2022	
A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de abatimentos, glosas e descontos. A adoção inicial do CPC 47 - Receita de Contrato de Cliente não afetou o reconhecimento inicial, mensuração e apresentação das receitas, que já estavam consistentes com os novos requerimentos. Basicamente, esta norma determina que as receitas sejam reconhecidas quando o cliente obtém o controle do bem ou serviço. Nesse sentido, nas atividades de saúde, dentre elas, hospitalar, gestão e promoção em saúde, sejam próprias ou públicas, a receita estava anteriormente reconhecida no momento em que o paciente recebia o serviço.			

18. Receita com Contrato de Gestão			
	2023	2022	
Contrato de Gestão Nº 382696/2020			
Repasse para custeio	143.208.612,00	120.740.678,26	
	143.208.612,00	120.740.678,26	

19. Receitas e Despesas Financeiras			
	2023	2022	
Remendimentos de Aplicações Financeiras	988.561,52	503.190,73	
Descontos Obtidos	145,17	18.044,00	
(-) Tarifas Bancárias	(1.107,23)	(6.311,62)	
(-) Juros e Multas de Fornecedores	(1.000,51)	(3.707,52)	
(-) Juros s/ Empréstimos e Financiamentos	-	(53.330,27)	
(-) Juros e Multas sobre Impostos	(223,69)	(3.864,91)	
	986.375,26	454.020,41	

20. Pessoal e Reflexos			
	2023	2022	
Ordenados e adicionais	45.024.567,53	38.518.598,	

Horas Extras	296.045,93	105.283,50
DRS	657.642,45	562.415,22
Benefícios	4.031.018,82	3.464.085,27
Contribuições ao FGTS	5.403.282,34	4.425.705,37
21. Serviços Terceirizados	70.870.501,96	61.018.838,14
Serviços Médicos - Pessoas Jurídicas	35.060.181,49	29.229.409,09
Serviços Médicos - Pessoas Físicas	220.154,84	244.306,70
Serviços Diversos - Pessoas Jurídicas	6.737.303,58	5.460.578,58
	42.017.639,91	34.934.294,37
22. Medicamentos e Materiais de Consumo	2023	2022
Medicamentos e Materiais de Uso Médico	18.097.969,94	14.135.794,37
Materiais de Consumo	5.188.877,16	4.068.068,57
Materiais de Conservação	1.956.521,87	1.024.407,41
Outros Materiais e Insumos	184.169,89	140.301,30
	25.427.538,86	19.368.571,65
23. Despesas Gerais	2023	2022
Contas de Consumo	2.802.441,00	2.493.924,05
Aluguéis de Equipamentos e Aparelhos	404.954,13	431.903,78
Administrativas	1.384.396,31	1.142.280,28
Bens não imobilizados	45.065,90	57.053,41
Amortizações e Depreciações	586.882,56	106.821,59
Outras Despesas Gerais	117.434,41	27.532,53
	5.341.174,31	4.259.515,64

24. Coberturas de Seguros: A entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem

parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes. **25. Atendimento à Legislação das Entidades de Fins Filantrópicos:** A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela legislação e demais regulamentações vigentes na área em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas ao parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC). A renovação do Certificado de entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes. **26. Certificado Beneficente de Assistência Social (CEBAS):** Em 24 de março de 2023, através da Portaria nº 274, publicada no Diário Oficial da União, edição 60, seção 1, página 87, em consideração a Nota Técnica nº 201/2023-CGGER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.167752/2022-13, foi concedida ao CEJAM a renovação do CEBAS, com validade pelo período de **30 de novembro de 2022 a 29 de novembro de 2024**. **Imunidade das Contribuições Previdenciárias (Quota Patronal):** A entidade é imune as Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem à imunidade alcançada nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal). A imunidade das contribuições sociais usufruídas no ano de 2023 foi de R\$ 17.162.227,00 e do ano de 2022 foi de R\$ 14.786.917,93 e está registrada em conta própria

de "Compensação das Isenções Patronais Previdenciárias", no grupo de despesas, da seguinte forma:

Isenções Previdenciárias Usufruídas	2023	2022
Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	(17.118.196,03)	(14.738.056,57)
Cota Patronal s/ Serviços Prestados por Pessoas Físicas	(44.030,97)	(48.861,36)
(-) Isenção Usufruída		
(-) Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	17.118.196,03	14.738.056,57
(-) Cota Patronal s/ Serv. Prest. por Pessoas Físicas	44.030,97	48.861,36
	0,00	0,00

28. Tributos e Contribuições (Renúncia Fiscal): Imposto de renda e contribuição social: em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal. **PIS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento do PIS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, bem como o calculado sobre a folha de salários. **COFINS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. **Isenção previdenciária usufruída:** para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas. Franco da Rocha (SP), 31 de dezembro de 2023.

Sidinei Oliveira Soares - Gerente Administrativo Rita de Fátima Cardoso de Souza - Coordenadora Financeira - CRC nº 1SP291260/O-6

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim - Hospital Estadual "Dr. Albano da Franca Rocha Sobrinho" e Centro de Atenção Integrada à Saúde Mental (CAISM) Franco da Rocha, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional: O Hospital Estadual "Dr. Albano da Franca Rocha Sobrinho" e Centro de Atenção Integrada à Saúde Mental (CAISM) Franco da Rocha",** vem apresentando déficits consecutivos nos últimos exercícios, resultando na existência de um "Patrimônio Líquido Negativo"; esse evento ou condição indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional deste contrato. **Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações

Relatório - Gestão em Saúde
Relatório - Contratado X Realizado
HEFR - Período: De 01 até 12/2023

Internações	1º Sem/2023		2º Sem/2023		Total 2023		%
	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	
Metas	708	1.427	708	1.411	1.416	2.838	100,4%
Saídas Hospitalares em Clínica Cirúrgica	1º Sem/2023		2º Sem/2023		Total 2023		%
Eletivas	936	1.161	984	1.015	1.920	2.176	13,3%
Urgências	1.080	990	1.080	1.115	2.160	2.105	-2,6%
Total	2.016	2.151	2.064	2.130	4.080	4.281	4,9%
Hospital - Dia Cirúrgico/Cirurgias Ambulatoriais	1º Sem/2023		2º Sem/2023		Total 2023		%
Cirurgia Hospital - Dia	360	377	360	355	720	732	1,7%
Cirurgias Ambulatoriais	300	517	300	391	600	908	51,3%
Total	660	894	660	746	1.320	1.640	24,2%
Urgência / Emergência	1º Sem/2023		2º Sem/2023		Total 2023		%
Consultas de Urgência	3.000	4.214	3.000	4.335	6.000	8.549	42,5%
Consultas Médicas	1º Sem/2023		2º Sem/2023		Total 2023		%
Primeiras Consultas Rede	3.672	2.540	3.930	2.995	7.602	5.535	-27,2%
Interconsultas	4.320	5.868	4.320	4.093	8.640	9.961	15,3%
Consultas Subseqüentes	10.743	13.230	11.088	13.304	21.831	26.534	21,5%
Total	18.735	21.638	19.338	20.392	38.073	42.030	10,4%
Consultas Não Médicas	1º Sem/2023		2º Sem/2023		Total 2023		%
Interconsultas	6.900	12.635	6.900	8.908	13.800	21.543	56,1%
Consultas Subseqüentes	300	783	300	845	600	1.628	171,3%
Procedimentos Terapêuticos (sessões)	2.400	3.899	2.400	4.573	4.800	8.472	76,5%
Total	9.600	17.317	9.600	14.326	19.200	31.643	64,8%

SADT Externo	1º Sem/2023		2º Sem/2023		Total 2023		%
	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	
Endoscopia Digestiva Alta	360	456	360	412	720	868	19,9%
Colonoscopia	120	36	120	47	240	83	-65,4%
TOTAL - Endoscopia/colonoscopia	480	492	480	459	960	951	-0,9%
Diagnóstico em Cardiologia (Exceto Cateterismo Cardíaco)	1.566	1.833	1.566	1.611	3.132	3.444	-19,5%
Total	2.046	2.325	2.046	2.070	4.092	4.395	7,4%
Tratamentos Clínicos - ONCOLOGIA	1º Sem/2023		2º Sem/2023		Total 2023		%
Tratamento em Oncologia - Quimioterapia (QT)	1.850	4.214	2.280	6.800	4.130	11.014	166,7%
Tratamento em Oncologia - Hormonioterapia (HT)	330	539	480	4.038	810	4.577	465,1%
CAISM - Período: De 01 até 12/2023	1º Sem/2023		2º Sem/2023		Total 2023		%
Saídas da Clínica psiquiatria	1º Sem/2023		2º Sem/2023		Total 2023		%
Psiquiatria	318	334	318	382	636	716	12,6%
Urgência / Emergência - pronto socorro	1º Sem/2023		2º Sem/2023		Total 2023		%
Consultas de Urgência	1.080	1.039	1.080	1.180	2.160	2.219	2,7%
Programa Ambulatorial Intensivo e Semi-Intensivo (PAISI)	1º Sem/2023		2º Sem/2023		Total 2023		%
Número de Pacientes	180	193	180	193	360	386	7,2%
Consultas Médicas	1º Sem/2023		2º Sem/2023		Total 2023		%
Primeiras Consultas Rede	540	388	540	316	1.080	704	-34,8%
Interconsultas	138	72	138	76	276	148	-46,4%
Consultas Subseqüentes	9.720	12.389	9.720	11.343	19.440	23.732	22,1%
Total	10.398	12.849	10.398	11.735	20.796	24.584	18,2%
Consultas Não Médicas	1º Sem/2023		2º Sem/2023		Total 2023		%
Consultas Subseqüentes	4.500	4.700	4.500	4.815	9.000	9.515	5,7%

COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

CONJUNTO HOSPITALAR DO MANDAQUI COMUNICADO
COMUNICAMOS AOS FORNECEDORES ABAIXO RELACIONADOS QUE SE ENCONTRAM A DISPOSIÇÃO NA SEÇÃO DE COMPRAS DO CONJUNTO HOSPITALAR DO MANDAQUI, SITO À RUA VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA, 4301 – MANDAQUI/SP, DAS 09:00 ÀS 16:00 HORAS, AS SEGUINTE NOTAS DE EMPENHO, QUE DEVERÃO SER RETIRADAS NO PRAZO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS SOB PENA DE SUJEITAR A ADJUDICATÓRIA AS SANÇÕES POR DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES.

ATA	Nº. NE	FORNECEDOR
ATA074/23	2024NE0291	LABORATÓRIO QUÍMICO FARM. BERGAMO LTDA

COORDENADORIA DE REGIÕES DE SAÚDE

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE BAURU COMUNICADO
Comunicamos aos fornecedores a seguir relacionados, que está à disposição para retirada no Núcleo de Finanças, Suprimentos e Gestão de Contratos – DRS-VI, situado na Rua Quintino Bocaiuva 5-45, Centro, Bauru, SP, a respectiva nota de empenho, que deverá ser retirada no prazo de 05 (cinco) dias corridos, sob pena de decair do direito à contratação e caracterizar o

descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas:

PROCESSO SEI	NOTA DE EMPENHO	EMPRESA
024.00055669/2024-37	2024NE00530	AMGEN BIOTECNOLOGIA DO BRASIL LTDA
024.00055669/2024-37	2024NE00531	JANSEN CILAG FARMACEUTICA LTDA.
024.00055669/2024-37	2024NE00532	CM HOSPITALAR S/A
024.00055669/2024-37	2024NE00534	MIGUES & SILVA APARELHOS ORTOPEDICOS LTDA
024.00055669/2024-37	2024NE00535	INSTITUTO HABILIS REABILITACAO MULTIDISCI
024.00055669/2024-37	2024NE00536	INSTITUTO HABILIS REABILITACAO MULTIDISCI
024.00055669/2024-37	2024NE00537	HUMANA ALIMENTA DIST. MED. PROD. NUTR. LT
024.00055669/2024-37	2024NE00538	HUMANA ALIMENTA DIST. MED. PROD. NUTR. LT
024.00055669/2024-37	2024NE00539	NUTRIPORT COMERCIAL LTDA
024.00055669/2024-37	2024NE00540	PRINCE MED DISTRIB PROD. HOSPITALARES LTD
024.00055669/2024-37	2024NE00541	SUPPORT PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA.
024.00055669/2024-37	2024NE00542	SUPPORT PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA.
024.00055669/2024-37	2024NE00543	SUPPORT PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA.

Despacho do Diretor Técnico de Saúde III, de 08/03/2024.
Processo: 024.00055669/2024-37
Código Único: 20240365317
Assunto: Aquisição de itens de nutrição para atendimento de decisões judiciais através de ATA de registro de preço
Interessado: Unidade Dispensadora - UD 6 Bauru
Modalidade de licitação: Pregão de Registro de Preços
Trata o presente de aquisição de itens de nutrição para atendimento de ações judiciais através de registros de preços.
De acordo com o previsto no artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93 com posteriores alterações, autorizo a adesão as atas de registros de preços da Secretaria de Estado da Saúde para as empresas detentoras dos registros de preços, conforme segue:

DECLARO a opção em contratar de ata de registro de preço resultante de licitação que ocorreu com fundamento na Lei Federal nº 8666, de 21 de junho de 1993 e Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e respectivos regulamentos.
AUTORIZO A DESPESA, nos termos do Artigo 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000, Decreto-Lei Estadual nº 233/70 e Decreto Estadual nº 68.309, de 18/01/2024.
Processo SEI: 024.00056216/2024-28
Assunto: Aquisição de cadeira especial adaptada, para atendimento de decisão judicial através de Dispensa de Emergência Interessado: Departamento Regional de Saúde de Bauru - DRS VI
Modalidade: Dispensa de licitação por emergência
Trata o presente expediente da aquisição de cadeira especial adaptada, para menor M.M.V.G. visando atendimento de Ação Judicial, conforme Processo nº N: 10016923820238260187 da Vara Única da Comarca de Fartura –SP.
Considerando que após a realização de pesquisa de preços, junto a fornecedores do mesmo ramo de atividade, foi vencedora a empresa INSTITUTO HABILIS DE REABILITACAO MULTIDISCIPLINAR LTDA no valor de R\$ 10.900,00 (Dez mil e novecentos reais); demonstrando que há razoabilidade do preço a ser contratado concluindo-se que o mesmo está dentro dos valores praticados no mercado.
Justifica-se a "emergência" por se tratar de determinação judicial, necessitando de atendimento imediato, sendo que a demora no atendimento implicará em risco à saúde do autor, bem como pagamento de multa diária pela autoridade administrativa.
Face ao exposto nos autos, declaro a Dispensa de Licitação Emergencial, com fundamento no inciso VIII, artigo 75, da Lei Federal nº 14.133 de 01/04/2021, para atendimento do autor de ação judicial.
Processo SEI: 024.0004425/2024-96
Assunto: Aquisição de cadeira KIMBA, para atendimento de decisão judicial através de Dispensa de Emergência Interessado: Departamento Regional de Saúde de Bauru - DRS VI
Modalidade: Dispensa de licitação por emergência
Trata o presente expediente da aquisição do item cadeira KIMBA para menor D. H. A.Z. visando atendimento de Ação

Judicial, conforme Processo nº N: 1008972-98.2020.8.26.0079 da 3ª Vara da Cível da Comarca de Botucatu –SP.
Considerando que após a realização de pesquisa de preços, junto a fornecedores do mesmo ramo de atividade, foi vencedora a empresa MIGUES & SILVA APARELHOS ORTOPEDICOS LTDA ME no valor de R\$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais); demonstrando que há razoabilidade do preço a ser contratado concluindo-se que o mesmo está dentro dos valores praticados no mercado.
Justifica-se a "emergência" por se tratar de determinação judicial, necessitando de atendimento imediato, sendo que a demora no atendimento implicará em risco à saúde do autor, bem como pagamento de multa diária pela autoridade administrativa.
Face ao exposto nos autos, declaro a Dispensa de Licitação Emergencial, com fundamento no inciso VIII, artigo 75, da Lei Federal nº 14.133 de 01/04/2021, para atendimento do autor de ação judicial.
Processo SEI: 024.00038181/2024-45
Assunto: Aquisição de prótese Transibital para atendimento de ação judicial através de Dispensa de Emergência Interessado: Departamento Regional de Saúde de Bauru - DRS VI
Modalidade: Dispensa de licitação por emergência
Trata o presente expediente da aquisição do item próteses transibital, para B. O. F. visando atendimento de Ação Judicial, conforme Processo nº N: 00000664920248260095 da Comarca de Brotas –SP.
Considerando que após a realização de pesquisa de preços, junto a fornecedores do mesmo ramo de atividade, foi vencedora a empresa INSTITUTO HABILIS DE REABILITACAO MULTIDISCIPLINAR LTDA no valor de R\$ 26.500,00 (n Vinte e seis mil e quinhentos reais); demonstrando que há razoabilidade do preço a ser contratado concluindo-se que o mesmo está dentro dos valores praticados no mercado.
Justifica-se a "emergência" por se tratar de determinação judicial, necessitando de atendimento imediato, sendo que a demora no atendimento implicará em risco à saúde do autor, bem como pagamento de multa diária pela autoridade administrativa.
Face ao exposto nos autos, declaro a Dispensa de Licitação Emergencial, com fundamento no inciso VIII, artigo 75, da Lei Federal nº 14.133 de 01/04/2021, para atendimento do autor de ação judicial.

VENCEDOR	ATA – ITEM	QUANTIDADE	VALOR R\$
SUPPORT PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA	C282/2023 - 4	19200	R\$ 9.216,00
	M281/2022 - 2	46800	R\$ 10.296,00
	C203/2023 - 4	507.000	R\$ 21.294,00
	C305/2022 - 1	1.440	R\$ 1.141,92
NUTRIPORT COMERCIAL LTDA	C203/2022 - 2	1416000	R\$ 21.381,60
HUMANA ALIMENTAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA.	M089/2023 - 2	2739000	R\$ 39.715,50
PRINCE MED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA			R\$ 1.289,52
TOTAL:			R\$ 104.334,54